

Identidade e representatividade na trajetória e no discurso de Marielle Franco

Identity and representativeness in the trajectory and in the speech of Marielle Franco

Mayra Melisa Arnaldo

mayra.chomski@gmail.com

Graduanda em Ciências Sociais na UERJ

Lucas Machado de Morais Lima

l.machadodemoraislima@gmail.com

Graduando em Ciências Sociais na PUC-Rio

Resumo

Este artigo faz uma análise das respostas de Marielle Franco concedidas à Revista Subjetiva a partir do viés da identidade e da representatividade, buscando compreender quais são os efeitos políticos e sociais que ela, enquanto figura política e social, causou na esfera pública e privada. Além disso, também buscamos compreender quais são os impactos da luta das mulheres na história, no discurso e na trajetória política de Marielle Franco.

Palavras-chave: Luta das mulheres; trajetória política; representatividade política; identidades negras.

Abstract

An analysis of the responses of Marielle Franco to the Revista Subjetiva from the perspective of identity and representativeness, seeking to understand what are the political and social effects that she, as a political and social figure, caused in the public and private sphere. In addition, we also seek to understand the impact of the women's struggle on Marielle Franco's history, discourse and political trajectory.

Keywords: Women's struggle; political trajectory; political representativeness; black identities.

Introdução

A trajetória política de Marielle Franco começa na Maré, um conglomerado de dezesseis favelas na periferia da cidade do Rio de Janeiro, onde, segundo dados do IBGE 2014, vivem aproximadamente 140 mil habitantes. No mesmo local, aos dezessete anos, Marielle começa a atuar na pastoral da juventude por conta da sua formação cristã e, dois anos depois, participa dos movimentos culturais dentro da favela, como, por exemplo, o baile funk.

A inserção na política da ex-vereadora da cidade do Rio de Janeiro começa junto ao atual deputado federal do estado do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo, que já havia dado aulas para ela no pré-vestibular comunitário e a convidou para integrar a Comissão de direitos humanos na Alerj, em 2009, trazendo a perspectiva dos movimentos sociais e de sua identidade enquanto mulher, negra e favelada. Entre os anos 2009 e 2017, Marielle coordenou a comissão, entretanto, um ano antes, em 2016, no evento “Cidades Rebeldes”, com David Harvey no Cine Odeon, no centro da cidade do Rio de Janeiro, decide construir sua candidatura à vereadora. Na eleição, alcança 46.502 mil votos e ocupa uma cadeira na Alerj.

No dia 14 de março de 2018, Marielle foi brutalmente assassinada enquanto voltava para casa, junto ao seu motorista, Anderson Gomes. O crime, até a data de hoje, julho de 2019, não foi solucionado.

Aproximadamente 10 meses antes do assassinato de Marielle Franco, os dois autores deste artigo, juntamente com Marcella Meirelles, realizaram uma entrevista no gabinete da vereadora do PSOL pela Revista Subjetiva. A proposta da entrevista fazia parte da série “Mulheres na Política”, em que Marielle seria a primeira participante dentre uma série de entrevistas que buscavam mostrar a rotina e as subjetividades das mulheres recém-eleitas no ano de 2016. O roteiro contém perguntas que buscam elucidar sua trajetória, as questões identitárias, representativas e políticas.

O artigo “Identidade e representatividade na trajetória e no discurso de Marielle Franco” se propõe a ser uma análise das respostas de Marielle Franco concedidas à Revista Subjetiva a partir do viés da identidade e da representatividade, buscando compreender quais são os efeitos políticos e sociais que ela, enquanto figura política e social, causou na esfera pública e privada. Além disso, também buscamos compreender quais são os impactos da luta das mulheres na história, no discurso e na trajetória política de Marielle Franco.

Na primeira parte, iremos analisar as novas identidades possíveis a partir dos estudos do sociólogo jamaicano Stuart Hall, entendendo a pós-modernidade como condição fundamental para atual identidade múltipla e contínua. Também no mesmo capítulo, buscaremos entender o papel da branquitude na construção da identidade negra, evidenciando a importância de figuras como Marielle Francos para romper com o embraquecimento e a criminalização de corpos negros.

No capítulo seguinte, avançaremos sobre o significado de representatividade política e como esta se deu para a imagem política de Marielle Franco. Além disso, a partir da teoria de Pierre Bourdieu de Violência Simbólica, analisaremos as coesões impostas às mulheres, focalizando o campo da vereadora: a política.

1 Identidade e identificação na figura de Marielle Franco

A complexidade da construção da identidade é um dos grandes temas estudados pelas Ciências Sociais desde a década de 1970 até os dias atuais. Atualmente, não é mais possível afirmar que o indivíduo possui apenas uma forma de identificação, mas antes várias, que fazem parte da sua construção histórica e social. O discurso da identidade nos dias atuais passa principalmente pelos campos da etnia, sexualidade e gênero.

Entretanto, a identidade nem sempre foi um processo complexo e contínuo. O termo surge na transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, cuja ascensão do Estado-nação é fundamental para a construção de uma identidade que surge a partir do nascimento, sendo essa mesma fixa e imutável (AGAMBEN apud BAUMAN, 2005, p.25). O Estado-nação, para unir e criar uma coesão social, precisava de uma ficção, e a partir daí a noção de identidade surge atrelada não às experiências sociais que se acumulam ao longo da vida, mas a partir do lugar onde se nasce.

O termo em latim *cuius regius, eius natio* (“quem governa decide a nacionalidade”, em português) traduz o objetivo de criar uma identidade baseada na nacionalidade, pois é preciso disciplinar os indivíduos para poder governá-los e criar uma fronteira entre “nós” e “os outros” (BAUMAN, 2005, p.28). Segundo Bauman, a “globalização significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação” (2005, p.34), portanto, a ruptura desse processo foi a globalização, que permitiu a interação entre diferentes

culturas e etnias ao redor do mundo, fazendo com que indivíduos que se pensavam distantes se vissem próximos.

O sociólogo jamaicano Stuart Hall (2006, p.10-12) dividiu a concepção de identidade em três formas distintas: i) sujeito do Iluminismo, em que o indivíduo era centrado em si mesmo, possuía suas próprias capacidades de razão, surgia a partir do nascimento e permanecia de forma contínua; ii) sujeito sociológico, em que o indivíduo construía sua identidade a partir dos valores mediados por outros sujeitos nas instituições, sendo esta corrente parte dos estudos interacionistas; iii) o sujeito pós-moderno, que não possui uma “identidade fixa, essencial ou permanente” (2006, p.12), sendo ela, por essência, móvel e em construção e desconstrução contínua.

A partir do pensamento de Hall, surge o questionamento: como todas essas identidades convivem entre si? A resposta para essa pergunta não é simples, pois ela, em si, só rompe com o pensamento tradicional da Sociologia que acreditava que os indivíduos são “um todo unificado e bem delimitado” (2006, p.17). Acontece que essas identidades não se desintegram porque elas são conjuntamente articuladas (HALL, 2006, p.17), principalmente pelos movimentos políticos e sociais que buscam unificar as pautas e fazer com que os indivíduos se associem a eles mostrando que a multiplicidade de identidades é algo positivo.

No Brasil atual, pode-se afirmar que estamos lidando com o sujeito pós-moderno, vide as eleições de 2016 e 2018, quando a identidade e representatividade fizeram parte da escolha dos representantes públicos do país. A eleição da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, como a quinta mais votada¹ foi um dos grandes marcos nesse sentido, porque ela se autodenominava mulher, negra e favelada.

Para entendermos o diálogo entre Marielle Franco e os outros sujeitos pós-modernos é necessário entendermos como as identidades negras foram construídas no Brasil ao longo dos anos. A psicóloga Maria Aparecida Silva Bento analisa em seu artigo “Branqueamento e Branquitude no Brasil” o papel da branquitude na construção da identidade negra: “A elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica e social”. (2002, p.3)

¹Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/marielle-franco-negra-moradora-da-mare-a-quinta-vereadora-mais-votada-do-rio-22491120> Acesso em: 19 jul 2019.
DIGNIDADE RE-VISTA | ISSN2525-698X | 2019 | V.IV | N.7 | O legado de Marielle Franco.
Pastoral Universitária Anchieta PUC-RIO

A partir da afirmação de Bento, podemos concluir que a elite branca construiu sua identidade a partir da negatização da identidade negra, culpando o negro pela desigualdade que ele vive e silenciando sua culpa no processo de escravidão. A omissão do lugar que a elite branca ocupou no processo de escravidão faz com que ela não precise indenizar os negros por mais de 300 anos de regime escravagista no Brasil (BORGES, 2002, p.4). O termo “indignação narcisística” é fundamental para entender o porquê de a elite atribuir a si heranças negativas sobre o regime escravagista e ao negro uma herança negativa, pois “há um sentimento de indignação com a violação dos direitos das trabalhadoras, mas só quando essa violação afeta o grupo de pertença” (BORGES, 2002, p.5).

Após o fim da escravidão, houve o movimento de branqueamento, segundo Azevedo (apud BENTO, 2004, p.8), pelo medo da elite branca em lidar com um país majoritariamente não branco. A psicanalista negra Neuza Souza (1983) acredita que esse processo de construção do negro a partir de uma identidade branca faz com que ele recuse sua ancestralidade, seus traços, sua cor de pele e deseje cada vez mais o branqueamento por associar essa característica à ascensão social, econômica e política.

Durante a entrevista, ao ser perguntada sobre sua trajetória, Marielle Franco responde: “Sou uma mulher negra, mas antes disso tenho falado muito que, antes de reivindicar e compreender o que era ser uma mulher negra no mundo, eu já era favelada”. (REVISTA SUBJETIVA, 2017).

A classe, por muitos anos, foi a única forma de associação de grupos sociais. A partir da compreensão que existem desigualdades sociais ligadas às identidades dentro desses movimentos, as mulheres entenderam que o gênero era um os fatores principais para essa divisão desigual. Logo após, as mulheres negras notaram que, dentro do movimento de mulheres, havia ali presente uma desigualdade racial, em que suas pautas não eram privilegiadas. Segundo Sueli Carneiro, “o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres” (2003, p.2), e por conta disso se formou o movimento de mulheres negras baseadas na concepção de enegrecimento, ou seja, de fazer com que as pautas raciais se associem ao feminismo.

Assim, a identidade de Marielle Franco, é também uma ruptura com o movimento de branqueamento, pois seu discurso propõe romper com a marginalidade que foi associada aos negros pela branquitude e enaltecer os valores de uma identidade associada à negritude. O seu primeiro contato com sua própria identidade foi a partir da classe, por conta do seu lugar de

pertencimento e pelo contato com as desigualdades sociais e econômicas ali presentes. A partir da classe, surge o contato com outros tipos de desigualdades.

Ainda durante a entrevista, ao ser perguntada sobre a forma prática de representatividade dentro do seu gabinete, Marielle Franco responde: “Entramos nesse campo, nesse lugar e nesse debate com o fundamento do gênero, da favela e da negritude. Então isso me compõe e isso está hoje colocado no gabinete. Seja na pauta política, seja simbolicamente.” (REVISTA SUBJETIVA, 2017).

Em 1991, George W. Bush chamou Clarence Thomas, um juiz negro com ideias conservadoras, para a Suprema Corte Americana. A indicação de Bush foi eleita e apoiada tanto pelos eleitores brancos que o apoiaram por conta de suas ideias conservadoras, mesmo possuindo preconceitos, e, também, pela comunidade negra, que apoiou Clarence por causa de sua etnia. Após alguns meses, o então ex-juiz foi acusado de assédio sexual por uma ex-colega, o que dividiu a gama de identidades que escolheram Clarence como representante político. As mulheres conservadoras apoiaram Thomas por conta do antifeminismo; as mulheres feministas apoiaram a vítima de assédio sexual; as mulheres negras se dividiram entre o gênero e a etnia; os homens brancos apoiaram Clarence por conta de sua posição política conservadora (HALL, 2004, p.18-22).

O exemplo citado no parágrafo anterior mostra como a política vem se apropriando do “jogo das identidades” (HALL, 2004, p.18) como forma de conseguir benefícios no parlamento e de aprovação de pautas. Assim, quando Marielle Franco afirma que as pautas são colocadas em seu gabinete de forma política e simbólica, entende como fundamental a ação e não apenas o discurso por si só.

A elite política e as grandes corporações entenderam que o indivíduo hoje está associado ao sujeito pós-moderno, que busca incansavelmente por identificação e associação em meio à variedade de grupos que o rodeia. Ainda hoje, a identidade negra é marginalizada e criminalizada pelas políticas públicas e pela mídia, fazendo com que negros e negras busquem cada vez mais se associar ao enbranquecimento. Ao assumir um papel de porta-voz de grupos que são historicamente perseguidos, a vereadora do Rio de Janeiro assume um papel fundamental na (re)construção de identidades que foram associadas ao perigo ao longo dos anos, buscando recuperar sua autoestima, superar a exclusão social e a estigmatização de sujeitos por conta de sua identificação sexual, de gênero ou étnica.

2 Representação, representatividade e a nova política

A criação da política moderna representativa foi muito engenhosa, criando um sistema em que o povo escolhe dentre centenas de candidatos os que mais lhes agradam. Quando eleitas, estas pessoas serão responsáveis pela manutenção diária da democracia, idealizando leis para proteger e regular a convivência – Poder Legislativo – e assegurar que essas leis serão devidamente cumpridas e aplicadas – Poder Executivo. Assim, a população se concentra e se dedica a assuntos privados da vida cotidiana, e é dessa forma que se constitui a representação política democrática atual no Brasil.

Essa representatividade política não se dá apenas no momento em que o candidato é eleito. Isso pode ocorrer também a partir do momento que pessoas ou segmentos se identificam com posturas tomadas pela representante política, mesmo antes do período eleitoral, quando certos candidatos conseguem ter alguma visibilidade, como no exemplo de Marielle Franco que, desde jovem, participava de movimentos sociais na Maré:

Em 2000 entro pro Pré-Vestibular e em 2002 entro pra PUC-Rio, e nessa época que começo a me entender como ativista, figura, pensando o mundo, pensando nesse lugar que não dava pra ser só trabalho-casa-trabalho e de vez em quando vamos à praia. Eu queria mais, precisava de mais, e aí quando falo que “precisava de mais” é nessa época em que as incursões nas favelas crescem, que o lugar do debate, do armamento e o debate da segurança pública vêm mais à tona. Em 2006, tem a campanha “Não quero meu dinheiro no caveirão, quero meu dinheiro na educação”, por conta do alto investimento em segurança pública e não no direito, por exemplo, do favelado de ir e vir e ter direito à educação, e também tem a primeira eleição do PSOL, eu já tinha ajudado a recolher assinaturas e resolvo fazer campanha. (REVISTA SUBJETIVA, 2017)

A representação de Marielle está ligada à possibilidade de acesso de determinados segmentos ao sistema político eleitoral, e esse é um grande motivo de ela ter sido eleita com um número tão expressivo de votos. A representatividade que perceberam em Marielle foi a de promover a diversidade em um espaço monocromático, assim permitindo que pautas de diferentes movimentos pudessem ganhar visibilidade (DOWBOR; HOUTZAGER; SERAFIM, 2008), já que a política, durante sua história, foi composta por maioria de homens, brancos, héteros e de meia-idade. Teresa Sacchet (2012) explica as consequências, quando pessoas como Marielle Franco chegam ao poder:

A inclusão de grupos sociais marginalizados no processo de tomada de decisão política seria um meio de intensificar a democracia, na medida em que a manifestação de diferentes perspectivas contribuiria para: a) evidenciar a particularidade das perspectivas dominantes; b) trazer novos conhecimentos para a discussão e a deliberação política; c) apresentar diferentes visões sobre as causas do problema e os possíveis impactos; e d) apresentar diferentes apreciações sobre as relações entre grupos e processos históricos. Assim, a inclusão de grupos em processos decisórios contribui com novas perspectivas, promovendo ações mais sensatas, novos relacionamentos e a justiça social. (SACCHET et al., 2012, p.408).

Durante sua vida política, Marielle sempre carregou diferentes tipos de bandeiras, o que acarretou uma forte figura de representatividade quando foi anunciada sua candidatura e, depois, sua eleição. Lugar de representação que ela sempre soube que ocupava. Podemos identificar esse lugar em dois trechos da entrevista: primeiro, quando conta sobre a decisão de sua candidatura após um acontecimento que ligava as mulheres e ações que julgava arbitrárias do Estado:

Em março, fizemos um curso chamado “Cidades Rebeldes” com a participação do David Harvey, no Odeon, e nesse evento estava mediando, no dia 8 (de março), uma mesa com mulheres e a Dona Penha, da Vila Autódromo, que era pra estar na mesa não conseguiu vir, porque a casa dela foi demolida, exatamente no 8 de março. Então, a prefeitura, que na época estava na mão do PMDB é que mandou demolir, e é o que devemos questionar e fiscalizar, pois foi algo atroz que pega uma das principais lideranças do debate da moradia e derruba a casa dessa mulher, dessa liderança, no oito de março de 2016. Ali eu já vinha conversando com alguns amigos e um processo de decisão e de força de que precisamos ter mulheres em vários espaços para defender a vida de nós mulheres. (REVISTA SUBJETIVA, 2017).

No outro trecho, ao ser perguntada sobre o protagonismo como mulher negra na Câmara dos Vereadores, Marielle responde:

Nós, mulheres negras, somos uma minoria em termos de representatividade, somos sub-representadas, e isso é muito ruim porque somos a maioria da população, então é uma contradição, que pegamos o tempo todo para ver como alterar, avançar nessa relação e nesse processo. (REVISTA SUBJETIVA, 2017).

Além do assunto sobre mulheres sempre identificado em seu discurso, verificamos que ela aborda com mais frequência ainda a questão mais específica: a das mulheres negras. Ao falar de mulheres negras, Marielle sempre usa o “nós”, como meio de estar identificada neste

grupo e, assim, ocupar o lugar de vereadora eleita como uma mulher negra. Isso acontece devido à falta de “representatividade negra” e atenção por parte do Estado às mulheres negras, pois mesmo sendo 25% da população brasileira, segundo censo do IBGE de 2010 e correspondendo a mais de 50% da população feminina em todo o país, de acordo com dados de 2009 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), continuam a ser negligenciadas pelos governantes. Para exemplificar, segundo o dossiê “O retrato das desigualdades de gênero e raça”, publicado pelo IPEA, as mulheres negras representam a maior parcela das pessoas desempregadas, das que trabalham sem carteira assinada, das que trabalham como empregada doméstica ou das com menor renda domiciliar per capita; também segundo o “Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”(IPEA), as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no país; outra ilustração negativa é que apenas 5,2% das mulheres negras no Brasil alcançam o ensino superior, contra 18,2% das mulheres brancas. A partir desses dados podemos perceber que as mulheres negras, devido à falta de políticas públicas, estão sempre um passo atrás do resto da população, mesmo sendo as que são chefes de suas famílias.

As dificuldades encontradas pelas mulheres negras no país são herança da construção de uma sociedade estruturada pelo racismo, em que até o feminismo chamado de branco acabou ignorando essas mulheres. Veja-se o exemplo dos movimentos sufragistas, quando mulheres brancas de classes mais altas reivindicavam uma concepção menos redutora do papel da mulher na sociedade, uma revalorização de suas qualidades morais e de seu papel de educadoras (Ocketentet al, 2007, pp. 613), porém desconsideravam os direitos das mulheres negras, apenas lutavam para terem os mesmos direitos dos homens brancos. Neste contexto, as mulheres se mobilizaram em torno da estrutura fundamental de seu cotidiano, em que a sua cor e status social eram mais valorosos do que os conflitos de gênero.

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, no livro *A Dominação Masculina*, aborda um termo para explicar como se dá o mecanismo de privações e imposições às mulheres, chamado de “violência simbólica”. A violência nem sempre é física; para Bourdieu, “o fundamento da violência simbólica reside nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que a produzem” (2012, p.54), ou seja, a violência simbólica se origina na criação de ideias no processo de socialização que persuade o indivíduo a se posicionar sempre do lado do discurso socialmente aceito: o padrão.

Em diferentes campos, a dominação masculina se faz presente, como na vida política brasileira, em que a maioria, na Câmara dos Deputados – 436 homens para 77 mulheres – e no

Senado – 69 homens para 12 mulheres –, é composta por homens brancos. Esse domínio se deu, como dito anteriormente, pela manipulação de regras sociais. Assim sendo, a mulher, por não possuir qualquer tipo de capital suficiente, é estabelecida como socialmente incapaz de realizar tarefas definidas como masculinas, logo, a título de exemplo, são oferecidos salários mais baixos para mulheres em mesmos cargos que homens ocupam. Por consequência, há uma artimanha simbólica que reflete nos outros campos da vida das mulheres, como no econômico.

Devido à luta de mulheres em todo mundo, podemos observar mudanças e melhorias no direito à vida política das mulheres. Um percurso que tem origem no século XIX com a formação de grupos sufragistas a fim de reclamar sua emancipação, a igualdade de direito e deveres entre os sexos e a plena cidadania para a mulher. Assim, alguns países começaram a conceder o direito de voto e de candidatura, mas isso apenas em 1952, quando a comunidade internacional adota um tratado com o fim de executar o princípio de igualdade dos direitos políticos de ambos os sexos abarcado na Carta das Nações Unidas. Em 2015, todos os países permitiram que as mulheres tivessem o direito ao voto, com as eleições na Arábia Saudita.

As mulheres na política, atualmente, encontram um cenário mundial de melhora na possibilidade de serem candidatas e eleitas, mesmo que ainda não tenham chegado à equidade. A defasagem é evidente no cenário internacional, e é mais notável nos países de longa tradição parlamentar, como os europeus. Em 2005, as mulheres constituíam 16% das parlamentares do mundo inteiro; em 2017, esse número teve uma melhora, chegando a 23,6% segundo a pesquisa realizada pela União Inter-Parlamentar (IPU)².

No cenário político brasileiro, a viabilização de candidaturas de mulheres vem sendo feita em passos lentos, desde 1997, com a criação de uma política de reserva de vagas para candidaturas femininas. Em 2009, essa cota passou a ser obrigatória e definida em no mínimo 30%, porém as candidaturas resultaram em mulheres eleitas, pois, através de dados da pesquisa da União Inter-Parlamentar, em 2017, o Brasil tinha apenas 10,5% de presença feminina. No panorama mundial, nessa pesquisa de 2017, o Brasil ficou na 167ª posição no ranking mundial de participação de mulheres no Executivo, e, em relação à participação no Congresso, ficou na 154ª posição, que analisou 174 países.

Nas eleições municipais de 2016, ano em que Marielle foi eleita vereadora, de 51 vagas, apenas sete mulheres foram eleitas, ou seja, a representação feminina não chega à metade. Ao

² Inter-Parliamentary Union. Disponível em: <<https://www.ipu.org/resources/publications/reference>> Acesso em: 19 jul 2019.

ser perguntada sobre a necessidade desta representatividade política na prática, em seu cotidiano, Marielle respondeu:

Então, não é uma representatividade etérea que vai estar lá no alto, pairando sobre “é importante agora no século XXI que as mulheres possam usar o seu batom roxo com cabelo rosa”, que talvez fosse impensável décadas atrás. Passa pelo simbólico, que elas possam usar tudo isso, mas passa também por objetividade, passa por uma maioria numa coordenação que tem mulheres, passa por maioria de advogadas (...) na equipe, quem me acompanha no plenário são duas mulheres, e uma delas uma mulher negra, passa por essa disputa que a gente quer fazer simbólica e objetiva. (REVISTA SUBJETIVA, 2017).

Como dito por Marielle, a representatividade não pode ser algo etéreo, ela deve ser concreta, reconhecida no dia a dia e seu discurso estava alinhado com essa postura, seja através das propostas legislativas que abordam questões como o aborto legal e o direito das crianças à creche, seja por meio da configuração de seu gabinete com a maioria de mulheres, fossem elas cisgênero ou transgênero, como o caso que a vereadora conta de uma das mulheres da equipe, a Lana:

A Lana, que é uma mulher trans e que compõe a equipe, foi a primeira mulher a ter sua identidade funcional com seu nome social garantido, então isso é o que falamos, de que uma vem e puxa a outra. Este é um lema principalmente das mulheres negras, com as mulheres negras participando de vários espaços, com seus turbantes, com sua orientação sexual, ocupando este espaço que, no geral, infelizmente, ainda é muito negado. (REVISTA SUBJETIVA, 2017).

Em 2019, com as eleições, 77 deputadas federais vão ocupar cadeiras, contra 51 em 2014, um aumento de 50%. No Senado, que, neste ano, foi renovado em dois terços de seus assentos, foram eleitas sete. Somadas à bancada atual, elas passam a representar 12 de um total de 81 cadeiras (15%). Marielle, na conclusão da entrevista, ao expressar o desejo do que seria seu mandato, responde: “As pretensões é que essa Casa seja mais favelizada, mais enegrecida, que tenham mais mulheres, e as identidades e gêneros mais amplas” (REVISTA SUBJETIVA, 2018).

A porcentagem ainda é baixa, e, em comparação com outros países, ainda estamos longe da vanguarda na representação, por isso a necessidade de mulheres representativas como Marielle na política. Só assim teremos uma democracia efetiva, pois ela nada mais é que um

sistema político no qual a soberania pertence ao conjunto de cidadãos (OCKETENT et al., 2007, p.623) e não a uma parcela desses cidadãos que domina, como Bourdieu chamaria, o capital.

Conclusão

O Brasil atual lida com um novo tipo de eleitor: o sujeito pós-moderno, que visa justamente se sentir representado e, sobretudo, identificado com o representante político ao qual dirige seu voto. Anteriormente, poderia se dizer que a política era valorizada muito mais por promessas, e que, atualmente, há uma valorização da representação como um todo. A eleição de Marielle Franco marca a entrada e a importância do eleitor pós-moderno, o que busca se sentir representado por alguém que seja semelhante à sua imagem social.

A imagem social da vereadora do Rio de Janeiro também contribui com a ruptura do processo de negatização e marginalização da identidade negra nos espaços públicos, principalmente a partir do momento em que ela transforma o discurso em ação e faz com que esse grupo criminalizado pela elite branca desde o processo de escravidão comece a ocupar o espaço político. Essa ocupação, em um sentido mais abrangente, rompe com a noção de que é necessário se branquear para ocupar a política.

O filósofo camaronês Achille Mbembe é um dos poucos acadêmicos que discorre sobre a questão negra e africana no contexto moderno e o racismo, e entre várias obras na qual percorre a história africana, encontramos o livro *Necropolítica*, que, em resumo, significaria a política realizada pelo Estado na qual decide quem vive e quem morre. O filósofo se aproxima de Foucault, que elabora a ideia de sociedade de vigilância, em que o Estado define o “fazer viver” e o “fazer morrer”. Com este termo, Mbembe afirma que um Estado racista realiza este modo de controle, a fim de quem está no poder, majoritariamente homens brancos, não perder seus privilégios. Na sociedade neoliberal que vivemos, este meio de regulação é realizado através de guerras, destruição e crises. Com isso, podemos dizer que Marielle Franco, desde o começo de sua jornada política, lutou contra a *Necropolítica* nas pautas que defendeu, como a luta das mulheres, principalmente as mulheres negras, que são as mais marginalizadas na sociedade. Um dia antes de ser assassinada, ela realizara a seguinte pergunta nas redes sociais em tom de cobrança ao estado do Rio de Janeiro: “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” (CARRIELO; MADALENA, 2018), fazendo relação com as ações da Polícia Militar do Rio de Janeiro na comunidade de Acari, conhecida como “Batalhão da

Morte”. Marielle, como mulher e negra, sempre lutou contra a arbitrariedade de um extermínio que Mbembe julga como algo racional, com técnicas desenvolvidas para a execução dessa política: ausência de identidade, representatividade e morte.

A partir da trajetória de Marielle Franco também podemos afirmar que há um aumento da valorização da identidade, muito mais que da classe que outrora era o único viés de identificação dos movimentos sociais. Marielle Franco, ao se assumir como porta-voz desse grupo marginalizado historicamente, busca recuperar a autoestima e romper com a exclusão social que permeia esse grupo, fazendo com que o espaço público que outrora era ocupado apenas por homens brancos, hoje seja ocupado por cada vez mais sujeitos diversos. A participação desses grupos faz com que se consiga evidenciar as particularidades por trás das políticas públicas feitas pelos grupos dominantes; mostra as particularidades desses grupos que são tidos como minoria política, mas que, na realidade, são maioria segundo o IBGE; e, por fim, consegue descolonizar o pensamento ocidental e trazer novas perspectivas sobre o fazer política. Assim, a figura social e política de Marielle Franco é fundamental para a construção de uma nova política, que seja essencialmente mais inclusiva e que repare, histórica e socialmente, os erros do passado.

Referências Bibliográficas

- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE FRANCESA. *Declaração de direitos do homem e do cidadão – 1789*. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos (Universidade de São Paulo – USP), São Paulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 7 abr 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. São Paulo: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- CARIELLO, Gabriel; MADALENA, Romeo. Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe escreveu Marielle um dia antes de ser morta. O Globo, Rio de Janeiro, ed. 15 março 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/quantos-mais-va-precisar-morrer-para-que-essa-guerra-acabe-escreveu-marielle-um-dia-antes-de-ser-morta-22491127>
- DOWBOR, M; HOUTZAGER P; SERAFIM, L. Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos. São Paulo: CEBRAP-IDS, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. TupyKurumin, 2006.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3.ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- OCKRENT, Christine. *O livro negro da condição das mulheres*. Trad. Ana Patrícia Xavier e Sérgio Coelho. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- REVISTA SUBJETIVA. Entrevistamos Marielle Franco: mulher, negra, periférica e Vereadora do RJ – Mulheres na Política #1. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2017. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/entrevistamos-marielle-franco-mulher-negra-perif%C3%A9rica-e-vereadora-do-rj-mulheres-na-pol%C3%A9tica-7839b7fbfe06>. Acesso em: 7 abr 2019.
- SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.2, p.399-431, maio-agosto/2012.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES. *Poder e participação política*. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/aceso-a-informacao/Portaria3062018RegimentoInternoMDH.pdf/view>. Acesso em: 7 de abr 2019.